# Processo nº 12.535-7/01



#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



## LEI Nº 5.643, DE 06 DE JULHO DE 2.001

Institui o "Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação" (Bolsa-Escola).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 05 de julho de 2.001, PROMULGA a seguinte Lei:

- Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Município de Jundiaí, o "PROGRAMA NACIONAL DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO", denominado "BOLSA-ESCOLA".
- § 1º Serão beneficiárias do programa de que trata o "caput" deste artigo, as famílias residentes no Município, com renda familiar "per capita" mensal igual ou inferior ao valor fixado pelo Governo Federal para cada exercício e que possuam, sob sua responsabilidade, crianças com idade entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com freqüência escolar igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento).
  - § 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:
- I família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;
- II para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União;
- III para determinação da renda familiar "per capita", a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família, dividida pelo número de seus membros.
- Art. 2º O Programa "BOLSA-ESCOLA" tem como objetivo incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.



### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

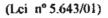


Parágrafo único – O Governo Federal definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pelo Município para a obtenção dos objetivos do Programa.

Art. 3º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa "BOLSA-ESCOLA", instituído pelo Governo Federal, assumindo as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes dessa adesão.

Parágrafo único - Compete à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes desempenhar as funções atribuídas ao Município em virtude da adesão ao Programa "BOLSA-ESCOLA".

- Art. 4º Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa "BOLSA-ESCOLA", com as seguintes atribuições:
- I acompanhar e avaliar a execução das ações definidas na forma do parágrafo único do artigo 2°;
- II aprovar a relação das famílias cadastradas pelo Município como beneficiárias do Programa;
- III aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;
- IV estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa no âmbito municipal;
  - V desempenhar as funções previstas no Regulamento do Programa;
  - VI elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno;
  - VII exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.
- Art. 5º O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa "Bolsa-Escola" será composto por membros nomeados pelo Chefe do Executivo, a saber:
  - I um representante da Casa Transitória Nossa Senhora Aparecida;
  - II um representante da Associação Jundiaiense de Entidades;
  - III um representante da Associação Municipal dos Educadores de Jundiai;
  - IV um representante do Conselho Municipal de Educação;





### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



V – três representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

VI - um representante da Cáritas Diocesana de Jundiaí.

§ 1º - Poderá, ainda, integrar o presente Conselho, um representante da Promotoria da Infância e Juventude.

§ 2º - A nomeação dos conselheiros será feita por Portaria do Chefe do Executivo, pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º - A função de membro do Conselho será exercida gratuitamente, sendo considerada serviço público relevante.

Art. 6º - Para atender as despesas decorrentes desta Lei, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, até o montante de recursos advindos do Governo Federal.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MIGUEL HADDAD

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos seis dias do mês de julho de dois mil e um.

MARIA APARE CEDA RODRIGUES MAZZO

Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

scc.2